

## Mapa para um Renascimento

Para encontrar um modelo de desenvolvimento económico eficaz ou uma estratégia de negócio clara para o país temos de recuar até à Dinastia Joanina. O pouco que temos hoje de parecido com essa época áurea é a mesma aposta no conhecimento.

O País tem sabido melhorar a qualidade do seu Ensino Superior e aumentar a produção de uma mão de obra altamente qualificada. Comparando com há 30 anos, Portugal produz 10x mais doutorados por ano<sup>1</sup>, e o investimento anual em I&D quase triplicou (de 0.5% para 1.4% do PIB).

Se a I&D é transformar despesa em conhecimento e a inovação é transformar conhecimento em lucro, então Portugal tem exemplos de sucesso de empresas que souberam investir dinheiro em conhecimento e transformaram esse conhecimento em mais dinheiro:

- Na última década a BIAL conseguiu obter a aprovação do FDA Americano de 2 medicamentos novos desenvolvidos internamente – o Zebenix e o Opicapone.
- Desde 2015, dos 261 medicamentos novos que o FDA Americano aprovou, 20 são medicamentos cujo processo de fabrico foi em parte desenvolvido nos laboratórios da Hovione. Nestes 6 anos, a produção de 8% dos medicamentos novos lançados nos EUA passaram pelas fábricas da Hovione.
- A FarFetch, a OutSystem e a Talkdesk somam uma capitalização igual a metade do valor médio da Bolsa de Lisboa (€60bn). O sucesso dessas empresas tecnológicas é resultado direto do produto das nossas universidades, aliado ao espírito de empreendedorismo Luso<sup>2</sup>.

Depois da crise financeira o país soube reinventar-se. Perante a quebra do consumo interno muitos se viraram para a exportação com sucesso. Entre 2009 e 2019 as exportações passaram de 27% do PIB para 44%<sup>3</sup>.

À luz destes exemplos de excelente desempenho como se explica que o PIB teve um crescimento anémico de 1.6% cagr entre 2008 e 2019, e 2.5% entre 1999 e 2019?

Apesar de várias provas de que o país é capaz de se reinventar, de vencer nas áreas de maior intensidade de I&D e nos mercados mais exigentes e competitivos, do mundo, o PIB do país cresce pouco.

---

<sup>1</sup>

<https://www.pordata.pt/Portugal/Diplomados+no+ensino+superior+total+e+por+n%C3%ADvel+de+forma%C3%A7%C3%A3o-219>

<sup>2</sup> em Março de 2021

<sup>3</sup> <https://www.pordata.pt/Portugal/Balan%C3%A7a+comercial+em+percentagem+do+PIB-2595>

A classe política, e o debate de ideias que esta apresenta aos Portugueses procura esconder o facto que a produção da riqueza resulta do trabalho desenvolvido pelas empresas. O discurso centra-se exclusivamente sobre a divisão do 'bolo', mas nunca sobre como aumentar o tamanho do 'bolo'.

Aquilo que os Portugueses desejam - melhores salários, menos impostos, menos dívida (das famílias e do setor público), mais e melhores serviços públicos - depende do crescimento económico. Infelizmente não há memória de um político que explique claramente que o crescimento económico só se verifica quando as empresas criam riqueza, e para isso estas têm de investir e criar emprego. Ninguém lembra ao eleitorado que quanto maior o sector público menor a produtividade da nação, e menor o retorno do capital de Portugal.

Muitos ainda veem as empresas de forma negativa. A iniciativa privada não é respeitada e muito menos estimada. O termo empresário tem conotações pejorativas, e este não vê a sua obra respeitada, mas é objeto de inveja pela fortuna que cria. Não surpreende por isso que as empresas deste país tenham dificuldade em crescer e tornarem-se grandes.

A Irlanda em 1990 tinha um PIB per capita parecido com o nosso, mas 30 anos volvidos o número deles é o dobro do nosso. Somos ambos pequenas economias periféricas onde a revolução industrial foi igualmente tardia e pobre. A explicação da diferença de crescimento económico está no governo do país, e nas estratégias que esse soube desenhar e implementar – ou não.

Há vários séculos que o povo Português se habituou a encontrar no Estado, e no seu setor público, o seu emprego e o seu amparo. Daí que o nosso crescimento económico ser anémico, o peso fiscal ser grande, e o salário médio ser baixo.

Para recuperar o atraso precisamos de uma alteração a 180° daquilo que o país faz há já muitas gerações. Precisamos de um setor público de dimensão reduzida e eficiente. De uma alteração de comportamentos dos Portugueses para que as palavras apoios, amparo, subsídios sejam substituídos por trabalho, competitividade, retorno. O ensino na escola tem de evoluir. Precisamos de mais ambição e de uma visão clara do futuro. Precisamos de mais e maiores empresas. A vontade de construir tem que tirar o lugar à pequenez, ao encosto, à dependência. A fiscalidade não pode continuar a castrar uns e motivar outros a sair do país e fazer vida no estrangeiro.

Temos ativos de grande valor que dotam Portugal de vantagens competitivas que impera pôr a trabalhar. Dos países todos da Europa temos a melhor combinação de segurança, clima e cultura para acolher pessoas de fora. Temos um domínio marítimo de dimensão sem igual. Temos um tecido económico capaz de desenvolver produtos novos de maior valor acrescentado.

Em 2019 o Vas Narasimhan, CEO da Novartis, ao tomar conhecimento do melhor que se fazia em Portugal em termos de investigação e desenvolvimento - na academia e nas empresas, no entendimento das patologias, na avaliação clínica e na investigação farmacêutica - disse ter

ficado surpreendido e maravilhado. Mas disse também que de nada serve sermos bons se não formos os melhores. O mundo é muito competitivo, e só interessa ser Nº1 – para conseguir isso ou se é Nº1 e se trabalha para manter a liderança, ou temos de ser os primeiros a criar uma nova área de investigação.

A construção da inovação tem de ser feita de forma arrojada, mas com riscos calculados e com a mão no pulso do mercado. Há que encontrar oportunidades contíguas, sem demasiada distância daquilo onde já somos bons. Mas temos de constantemente aprender e ser capazes de reinventar as nossas empresas.

Sabemos que quem produz a riqueza são as empresas e que as alavancas da produtividade não são muitas: inovação, gestão e internacionalização, mas estas não funcionam em empresas pequenas. A par de um setor público excessivamente grande e burro, de um ambiente pouco fértil para o desenvolvimento empresarial, a maior parte das nossas empresas são demasiado pequenas.

Em 2018, 77% dos postos de trabalho no nosso país estavam nas PME e “Cada um desses 2,6 milhões de portugueses a trabalhar nas PME produzia bens ou serviços avaliados em 22.900 euros por ano, abaixo do PIB *per capita*, situado nos 23.400 euros – um indicador que ajuda a explicar os baixos salários e a precariedade em Portugal.”<sup>4</sup>

“As PMEs Irlandesas geram 50% do VAB e empregam 69% da população ativa”<sup>5</sup>, em Portugal [2018] “as PME geraram 68% da riqueza e 77% do emprego, e têm em média 3 trabalhadores”<sup>6</sup>

O valor acrescentado bruto do turismo cresceu 6% cagr entre 2008 e 2017, de €16bn para €28bn<sup>7</sup>. No entanto o Turismo, sendo um sector muito importante e com futuro, não é o sector mais eficaz para nos tirar da espiral de empresas pequenas, de pouco valor acrescentado e de salários baixos. O sucesso do sector exportador de bens transacionáveis – nomeadamente a partir de 2011/2012 – é onde reside uma das soluções chaves para passarmos para um patamar de crescimento mais ambicioso.

Daí se conclui que mesmo que o ensino superior em Portugal tenha melhorado muito consideravelmente nos últimos 30 anos, este só consegue ter impacto eficaz em menos de um quarto dos trabalhadores pois a esmagadora maioria do emprego está em empresas demasiado pequenas para tirarem partido das referidas alavancas. Enquanto a dimensão média das empresas de Portugal não crescer, será muito difícil aumentar a produção de riqueza, a produtividade e os salários.

---

<sup>4</sup> <https://www.publico.pt/2019/11/27/economia/noticia/portugal-so-ha-875-empresas-1895260>

<sup>5</sup> <https://www.cso.ie/en/releasesandpublications/ep/p-bii/bii2014/sme/>

<sup>6</sup> <https://hrportugal.sapo.pt/sabe-quantos-postos-de-trabalho-e-que-riqueza-as-pme-geram-em-portugal/>

<sup>7</sup> [https://www.ine.pt/scripts/ws\\_tur\\_docs/20191218\\_Workshop\\_Turismo\\_INE.pdf](https://www.ine.pt/scripts/ws_tur_docs/20191218_Workshop_Turismo_INE.pdf)

Este reinventar do país tem de continuar, mas não será por haver uma escolha de cluster a preferir, ou uma fileira a apoiar. O mercado e a livre-concorrência têm de ser o árbitro de quem vence e quem perde.

O que precisamos, e todos temos de ambicionar, é de uma visão muito diferente do papel do estado. Não o estado como entidade onnipresente, suposto motor – mas muitas vezes travão indesejável, sufocante do espírito de iniciativa dos empresários e dos Portugueses em geral. Um estado ainda assim forte, garante da existência de serviços públicos capazes e eficientes. Mas que entende que é à iniciativa privada que cabe o papel fundamental da criação de riqueza, do emprego e do desenvolvimento do país. O estado está lá como garante das condições necessárias a um desenvolvimento franco e saudável – de que todos em última análise vão beneficiar. O estado tem de ter um papel chave na criação das ótimas condições para que as empresas possam concorrer e dar o seu melhor

- O ensino primário, secundário, superior e politécnico tem de constantemente procurar ajustar o seu “produto” ao que o mercado procura. O país precisa de pessoas com as qualificações certas, o Governo tem de encontrar o dinheiro que seja preciso – esta é a sua primeira prioridade. E nas áreas de ponta deve o Governo deliberadamente selecionar uma ou duas nas quais Portugal deve ambicionar ser Nº1 para alavancar as vantagens competitivas que já tem. O conhecimento do mar devia ser uma delas.
- O estado deve implementar as reformas que permitam ao país ser mais competitivo, reformas já bem identificadas pela Comissão em Bruxelas. Por exemplo desmontar todas as corporações que atrofiam o país e protegem aqueles que temem vencer por mérito próprio – a saber: tirar o poder às ordens que protegem as profissões, melhorar a eficácia do nosso sistema de justiça, garantir que certas áreas cuja boa condução exige uma visão a longo prazo (ex. saúde, educação...) não ficam reféns do ciclo eleitoral.
- Os reguladores têm um papel chave. Estes não devem ser somente polícias, têm de ser catalisadores de fortalecimento das empresas que regulam. Um regulador forte é o melhor que pode acontecer a uma indústria nacional desde que o regulador tenha boas competências, uma visão internacional e seja mandatado para fazer desenvolver a indústria. Claramente também tem de ser provido dos recursos apropriados e ter a liderança certa.

O que o país precisa:

- políticas simples, claras e continuadas que olhem ao longo prazo. Precisamos de um modelo de crescimento económico consensual (isto é não-partidário) alicerçado sobre as nossas vantagens competitivas e as nossas forças.
- que o Estado deixe de ser um constrangimento e passe a contribuir para criar vantagens competitivas, e se preocupe em acarinhar o setor empresarial pois a riqueza não tem outro produtor.

- a escolher um desígnio nacional, um fio condutor transversal, um foco de mobilização – não há que hesitar – é escolher o mar. E ter o mar no centro do ensino, da investigação, do investimento público, da indústria, das artes, do desporto.

A escolher líderes e formar equipas para liderar -que seja o país, um ministério, uma agência, um serviço, uma camara municipal, etc... importa realizar que vamos ter que encarar cada vez mais crises como a pandemia do Covid-19. Temos de aprender a navegar perante maior incerteza, tomar boas decisões rapidamente será um imperativo.

Para governar e definir rumo o capitão vai ter que saber tirar partido do crescente conhecimento que a Ciência nos traz, e fazê-lo de forma deliberada, arrojada e sem hesitação. Nesse sentido a escolha dos líderes, quer seja por eleição ou por nomeação, deverá ser feita com atenção às lições do passado recente e com o conhecimento do custo que constitui uma má escolha, uma equipa ineficaz que não sabe fazer acontecer, ou que não exige prestação de contas ou que não é consequente.

Guy Villax

8 de Abril 2021